



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

**AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA NA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS
AGRICULTORES DO PROJETO CINTURÃO VERDE DE ILHA SOLTEIRA.**

**CARLOS AUGUSTO MORAES E ARAUJO; ROSÂNGELA ROSÂNGELA; LUIS
ANTONIO BARONE; MARIA APARECIDA TARSITANO;**

FACULDADE DE ENGENHARIA DE ILHA SOLTEIRA - UNESP

ILHA SOLTEIRA - SP - BRASIL

coryong@agr.feis.unesp.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES NA AGRICULTURA

**Autonomia e Dependência na Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto
Cinturão Verde de Ilha Solteira.**

Grupo de Pesquisa: 9: Instituições e Organizações na Agricultura

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo contribuir para a compreensão do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira sob várias perspectivas.

A primeira delas é de sua própria definição enquanto um projeto de assentamento, diferente dos demais projetos implantados pela Cesp que tinham como finalidade promover o reassentamento de populações, em geral, atingidas ou impactadas pelos empreendimentos energéticos de responsabilidade da empresa. O Projeto Cinturão Verde é de fato, *sui generis*, a começar pela forma como é concebido e planejado, além de ter sido pensado como uma forma de arrendamento, através da “concessão onerosa de uso”. Neste sentido, diferenciá-lo dos demais projetos de reassentamento implantados pela CESP já consiste numa contribuição.

Outra perspectiva é a de seu entendimento no contexto de uma localidade – Ilha Solteira – criada para ser inicialmente acampamento de obra, porém, com a missão de transformar-se em cidade. O Cinturão Verde é uma das medidas concretas engendradas para viabilizar Ilha Solteira como cidade autônoma e auto-suficiente, inclusive no que tange à produção de gêneros alimentícios.

O objetivo central, no entanto, é o de contribuir para a compreensão da organização coletiva dos produtores rurais assentados no Projeto Cinturão Verde, através da análise da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, uma vez que a problemática da organização coletiva dos agricultores é, ao lado da assistência técnica e extensão rural – ATER, uma das questões que afetam, de forma contundente, a vida dos trabalhadores rurais nos assentamentos.

1. Procedimentos teórico-metodológicos:

Para a realização desse trabalho foram utilizados diversos procedimentos teórico-metodológicos. A leitura de obras tratando da temática das associações de produtores rurais e do associativismo em geral, permitiu a seleção de aspectos, conceitos e categorias analíticas diversas, dentre as quais algumas foram priorizadas para o aprofundamento analítico e verificação na situação empírica da Associação em análise.

Um questionário contendo questões abertas foi aplicado junto a uma amostra dos produtores rurais¹, com o objetivo de apreensão de questões diversas sobre a Associação, seu processo de criação, sua dinâmica, principais características, conflitos e ainda uma avaliação subjetiva da mesma por parte dos entrevistados.

Uma atividade que demandou tempo considerável foi a análise de todas as atas das assembleias realizadas pela Associação, desde o momento de sua criação em 21 de novembro de 1987, até a última assembleia de 2003, realizada no dia 20 de dezembro. Da leitura das atas foram extraídos aspectos os mais diversos, apontando para a própria dinâmica de sua atuação.

A etapa seguinte à leitura foi a sistematização destes tópicos e sua aglutinação, dando conta de uma série de questões que possibilitaram o aprofundamento nas entrevistas, tendo sido possível detectar, em última análise, os principais objetivos da organização bem como seus principais problemas, conflitos e sua dinâmica.

De modo a aprofundar a compreensão destes aspectos selecionados foram realizadas entrevistas gravadas com dirigentes da Associação, atuais e ex-integrantes de diretoria, com ênfase nas figuras dos ex-presidentes, com o objetivo de apreender as características da Associação em seus mandatos, além dos principais problemas vivenciados, os conflitos enfrentados, a relação com mediadores externos (em especial com a Cesp e a Prefeitura Municipal), o poder legislativo e outros. Objetivou-se, aí, captar nestes depoimentos os aspectos que legitimavam o referencial teórico selecionado, de modo a possibilitar a análise desta problemática.

Entrevistas foram também efetuadas com integrantes da equipe técnica da Cesp que atuaram junto ao Projeto Cinturão Verde e a Associação, sobretudo em seu início, em especial três assistentes sociais envolvidas – e contratadas especialmente – com a missão de promover a organização social da comunidade assentada.

Outras entrevistas foram realizadas junto a representantes de organizações como o legislativo de Ilha Solteira, ocupantes de cargos na Comissão de Seleção dos Assentados do Cinturão Verde, do poder executivo municipal, entre outros, com o propósito de possibilitar o entendimento do processo de mediação, bem como dos mecanismos legais existentes que possibilitam o aporte de recursos financeiros para a Associação, estímulos fundamentais à consecução de seus objetivos.

A busca de material tratando de Ilha Solteira e do Cinturão Verde foi outra tarefa empreendida durante toda a pesquisa e possibilitou situar o foco da análise. Grande parte deste material consiste em publicações e relatórios da própria Cesp, embora alguns trabalhos acadêmicos sobre Ilha Solteira também foram analisados.

Do cruzamento entre a literatura analisada e o material colhido junto aos agentes direta ou indiretamente envolvidos no Projeto do Cinturão e da Associação (agricultores, dirigentes e demais atores sociais no conjunto do trabalho de campo), foi possível selecionar alguns tópicos e aprofundar sobre eles a análise da Associação. O item 5 é uma complementação ao

¹ Foi definida como representativa, uma amostra de 12 agricultores, pertencente aos seis grupos – dois por grupo – que haviam sido formados na época do início das discussões no Cinturão Verde de Ilha Solteira, sobre a possibilidade de criação de uma associação, processo este de iniciativa da equipe técnica da Cesp.

item 4, na medida em que apresenta as informações selecionadas a partir da leitura das atas das assembléias da Associação.

Os depoimentos dos diversos atores citados são fundamentais para o entendimento das relações e devem ser entendidos, neste trabalho, como papéis desempenhados pelos atores sociais, enquanto mediadores daquelas relações, em especial os atores políticos.

Assim, a Associação dos Pequenos Agricultores do Cinturão Verde de Ilha Solteira é analisada à luz do referencial teórico como uma Associação de máquinas, em virtude da preocupação que esta atividade demandou durante sua história, assumindo, no período recente, este caráter de forma mais acentuada. Também como instituição que atuou e atua bastante condicionada à ação de mediadores externos, em função do que se analisa sua dinâmica com base no binômio autonomia-dependência.

2. O PROJETO CINTURÃO VERDE DE ILHA SOLTEIRA

Concebido para ser um dos elementos de suporte da cidade, com a missão de produzir alimentos e de gerar empregos, o Cinturão Verde surge na prática, como resultado de demanda por terra que se apresenta no início da década de 1980, num momento de redução do nível de empregos no país e em Ilha Solteira. A distância entre as pretensões do projeto e sua expressão empírica é marcada por vicissitudes de várias ordens.

Em 1972, quando teve início o processo de esvaziamento de Ilha Solteira enquanto acampamento da construção da usina, surgem os problemas relacionados à oferta cada vez menor de empregos. Diversas alternativas começaram a ser aventadas para o desenvolvimento e emancipação do Núcleo Urbano, concebido e planejado para se tornar uma futura cidade. Uma dessas alternativas “seria a instalação de um pólo de produção agrícola, visando ao abastecimento do Núcleo Urbano e região, contribuindo para a economia local com a criação de empregos diretos e indiretos, para o aumento da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para a criação de agroindústrias, etc” (CESP, 1992, p 1 e 2)².

Nascia, assim, a idéia da instalação, nos arredores do núcleo urbano, de um Cinturão Verde, aproveitando terras remanescentes da construção da barragem e da cidade de Ilha Solteira. Para fundamentar e justificar a viabilidade técnica e econômica de tal empreendimento, no ano de 1983 a Cesp encomendou ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT – a realização de estudos detalhados, reunidos sob o título de “Proposta DMGA-3677/83 - Projeto básico de assentamento rural em área irrigada e de sequeiro e recuperação de áreas degradadas nas proximidades da cidade de Ilha Solteira” (IPT, 1985, pág. 1).

Portanto, o Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira foi pensado e planejado como um projeto de assentamento. Os documentos da Cesp referem-se a esta iniciativa, implantada em 1984, como tendo um “duplo objetivo: de contribuir para a auto-suficiência do Núcleo Urbano de Ilha Solteira, e de assentar pequenos agricultores, os quais se caracterizam como posseiros, arrendatários, meeiros, diaristas, etc, do município de Pereira Barreto, contribuindo assim para o fortalecimento da economia rural local e o desenvolvimento econômico social de parte de sua população.” (CESP, 1988, p. 1)

Para o processo de análise dos candidatos, classificação e seleção dos agricultores a serem assentados, foi constituída uma comissão de seleção, com representantes de diversas instituições, cujos trabalhos estenderam-se de 29 de junho de 1984, ocasião de sua instalação, até 03 de agosto do mesmo ano. A ênfase dada à seleção de candidatos exclusivamente de Pereira Barreto, por um lado, eliminou uma grande quantidade de interessados de municípios

² De acordo com relatos de moradores que trabalhavam na Administração do Núcleo Urbano, naquele momento, esta idéia já era cogitada pelo então administrador Guilherme Monteiro Junqueira, como uma das formas de dar vida própria ao ainda acampamento da obra de Ilha Solteira.

vizinhos e por outro, frustrou as expectativas daqueles que já vinham ocupando a área onde seria instalado o projeto.

A tabela 1 mostra em detalhes a distribuição dos agricultores selecionados segundo suas categorias e locais de origem.

Tabela 1: Selecionados por categoria e por município, no processo seletivo para assentamento no Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.

CATEGORIAS*	DISTRIBUIÇÃO ³								TOTAIS	
	Ilha Solteira		Bela Floresta		Suzanápolis		Per. Barreto			
	1º- 90º	Sup	1º- 90º	Sup	1º- 90º	Sup	1º- 90º	Sup.	1º- 90º	Sup
A	8	-	1	-	5	-	19	-	33	-
B	4	1	1	-	1	1	4	-	10	2
C	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
D	2	1	-	-	1	-	4	1	7	2
E	2	1	1	-	4	1	20	2	27	4
F	7	11	--	-	-	-	-	-	7	11
G	4	6	-	-	-	-	1	5	5	11
TOTAIS	28	20	3		11	2	48	8	90	30

*Sendo **A** = Arrendatários; **B** = Meeiros / Parceiros; **C** = Posseiros em situação de iminente despejo; **D** = Empregados Rurais; **E** = Desempregados Rurais; **F** = Ocupantes da área do Cinturão Verde com mais de 5 anos de experiência agrícola, **G** = Desempregados urbanos com mais de 5 anos de experiência agrícola; Sup = Suplentes.

Fonte: CESP, 1992, adaptado pelo autor.

Para os idealizadores de um pólo de produção que pudesse abastecer o núcleo urbano e a própria região, contribuindo para o enfrentamento do esvaziamento do então acampamento e a consolidação da cidade, a implantação do Projeto Cinturão Verde, em outubro de 1984, representaria esta concretização.

No componente “Agroeconomia” do Relatório do IPT, registra-se que:

O objetivo desse projeto seria ocupar de forma racional, do ponto de vista agrônomo, uma área da ordem de 1147,02 hectares adjacente ao povoado, 100 hectares dos quais serão irrigados e 557,55 hectares em condições de sequeiro. Dessa forma, a cidade de Ilha Solteira será suprida com gêneros alimentícios de primeira necessidade, gerando excedentes que serão comercializados em outras localidades. (IPT, 1985, pág. 97)

O Projeto Cinturão Verde está situado em boa parte do entorno ou área perimetral do Núcleo Urbano de Ilha Solteira, a jusante da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, com lotes

³ Na época da seleção e da implantação do Cinturão Verde de Ilha Solteira, o município de Pereira Barreto, era composto, além da sede propriamente dita onde ficava a cidade de Pereira Barreto, do Distrito de Bela Floresta, do núcleo urbano de Ilha Solteira e ainda do distrito de Suzanápolis. Atualmente, Suzanápolis, assim como Ilha Solteira, são municípios autônomos.

distribuídos ao longo dos quadrantes de leste até nor-noroeste da cidade. Seu arranjo físico e espacial, elaborado de acordo com a metodologia adotada, isto é, considerando um matriz resultante da combinação de critérios como classes de capacidade de uso dos solos, tamanho e composição das famílias e da força-de-trabalho familiar, em termos de equivalentes-homens/dia, resultou na definição de quatro tipos de Unidades de Produção Agrícola Familiar UPAFs, com área variando de 2,5 a 10,0 ha, como revelam as tabelas abaixo.

Tabela 2: Descrição da composição do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira e respectivas áreas.

Descrição	Área (ha)
Lotes agrícolas de sequeiro	521,00
Lotes agrícolas irrigados	35,00
Lotes de roças familiares	156,00
Talvegues	45,00
Reserva Florestal	41,00
Estradas	15,00
Área de Empréstimo	247,00
Diversos	30,00
Área Total	1090,00

Fonte: IPT, 1985.

Para se compreender a lógica da determinação do tamanho dos lotes basta perceber que quanto pior as características agricultáveis do solo, maior deveria ser a área a ser cultivada, requerendo, por conseguinte, uma família com maior força de trabalho. A área irrigada, planejada para chegar a 100,0 ha, tem início com 35,0 ha e - como poderá ser visto ao longo deste texto - sequer esta área será totalmente ocupada. A extensão de cada lote agrícola destinado aos agricultores profissionais foi definida de acordo com a força de trabalho de cada família, ficando distribuídos de acordo com os dados da tabela 3.

Tabela 3: Descrição da distribuição dos lotes irrigados e de sequeiro do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira e suas respectivas áreas.

Número de Lotes	Tipo de Cultura	Área (ha)
14	Cultura irrigada	2,50
35	Cultura de Sequeiro	5,00
27	Cultura de Sequeiro	7,50
14	Cultura de Sequeiro	10,00

Quando implantou o projeto, a Cesp também garantiu equipamentos de infra-estrutura em uma das áreas ou lotes comunitários, o qual, no futuro, acabou por se constituir na sede da Associação. Dentre estes equipamentos destaca-se o Armazém de Cereais, com área de 300 m², que é hoje utilizado como depósito de insumos e implementos agrícolas. Outra instalação importante é o centro comunitário, que consiste de uma parte de construção aberta e outra fechada, com energia elétrica e hidráulica, com uma área construída de 238 m².

Por outro lado, desde que implantou o Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, a Cesp dotou-o de uma equipe constituída de um engenheiro agrônomo, dois a três técnicos agrícolas, uma assistente social, uma agente de enfermagem e quatro agentes administrativos. Com a

transformação de Ilha Solteira em município autônomo, a partir de 1993 a prefeitura assume a responsabilidade pelo Cinturão Verde e constitui uma equipe técnica, com técnicos que atuam em convênio com a CATI/Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Atualmente, decorridos 21 anos do início do projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, a área encontra-se dividida em 77 lotes de sequeiro e 25 lotes irrigados, composta por 514,07 ha de sequeiro e 35,16 ha de lotes irrigados. (BORGES, 2004, pág. 5). Segundo dados fornecidos pela Casa da Agricultura de Ilha Solteira, dos 14 lotes irrigados originais com área de 2,5 ha, originaram-se 25 lotes, sendo a maioria com área de 0,8 há, reestruturação que ocorreu a partir de 1994, visando oferecer oportunidade para mais famílias serem assentadas.

3. A Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.

Pensada para ser a instituição representativa dos agricultores assentados no Projeto Cinturão Verde e ao mesmo tempo ferramenta habilitada para a captação de recursos externos, mediadora dos interesses desta nova coletividade a Associação passa por distintos momentos, revelando crises e suas superações que, analisadas à luz do binômio autonomia-dependência revelam sua natureza e principais características ao longo de quase duas décadas de existência.

Com a implantação do Projeto Cinturão Verde e com a distribuição dos lotes aos titulares e suas famílias⁴, a Cesp constituiu uma equipe para os trabalhos de assistência técnica, orientação e apoio aos agricultores do projeto, composta por três técnicos em agropecuária e, posteriormente, em maio de 1986, por uma assistente social, cuja atuação foi de grande importância no processo que resultou na criação da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira. A contratação de uma assistente social especificamente para o projeto de assentamento, além de contribuir para a contemplação das especificidades desta população, teve como principal propósito o de promover a organização social dos agricultores.

Apesar da determinação da empresa de que a assistente social deveria, como uma das ações prioritárias, montar uma associação no Cinturão Verde, a assistente social optou por uma estratégia intermediária: o agrupamento por vizinhança. A área do Cinturão Verde foi dividida em sub-áreas menores, de modo a permitir a formação de seis grupos com cerca de 15 lotes cada. Assim, os grupos foram montados pelo critério de localização geográfica, pela sua distribuição no território. Cabe destacar que os assentados não tinham, antes de virem para o Cinturão Verde, uma necessária relação de proximidade entre si, pelo fato de terem vindo de diferentes locais do município de Pereira Barreto.

A opção de trabalhar segmentando os agricultores em grupos, que os técnicos denominavam de ‘grupalização’ da comunidade, foi uma estratégia que visava também a atender os interesses dos técnicos que cuidavam das questões de agricultura. Aqueles profissionais perceberam que a discussão em pequenos grupos tornava-se mais produtiva para detectar, por exemplo, as razões da falta de planejamento diversificado da produção⁵, possibilitando a discussão e reflexão das razões da superprodução ofertada, bem como sobre outras formas de aproveitamento da produção e seu processamento com agregação de valor.

A estratégia de amadurecer os assentados, através da realização de reuniões nos pequenos grupos foi várias vezes questionada, segundo a assistente social, nas reuniões de coordenação dos projetos de assentamento e reassentamento da Cesp, realizadas em Ilha Solteira, sobretudo a partir da argumentação de que todos os outros projetos já estavam com associações formadas e já em pleno funcionamento. Ainda na visão desta importante agente, a

⁴ A grande maioria dos assentados ocupou os lotes em 09 de outubro de 1984.

⁵ Que pode ser ilustrado com casos, não raros, de produção de grande quantidade de apenas um produto, inclusive na área dos lotes irrigados.

forma como em Jupiá, por exemplo, montou-se a associação foi totalmente oposta à forma como o processo de organização da comunidade estava sendo concebido e planejado em Ilha Solteira. Ali, segundo seu relato, o modelo adotado de constituição da associação fez com que o processo decisório ficasse reduzido à diretoria, não tendo demorado muito tempo para gerar questionamentos por parte da comunidade assentada e, por conseguinte, problemas futuros que tiveram que ser trabalhados pelas colegas assistentes sociais que ali atuaram, justamente em função de não ter havido “um processo de amadurecimento da idéia de associação”.

Neuza complementa este pensamento, afirmando que

No nosso caso nós estávamos direcionando para a criação de uma associação, mas, em nenhum momento impondo. O pessoal do Cinturão Verde levou um tempo para amadurecer. Tinha grupo [dentro os seis grupos] que já pegava esta idéia dizendo ‘olha, se a gente tivesse uma associação’, ‘se a gente tivesse um grupo formado’, o que já era uma sinalização [no sentido] de uma forma grupal de atuação. (Neuza A. Silva, março / 2005)

As necessidades concretas manifestadas pelos entrevistados, referindo-se aos motivos de criarem uma associação são várias. Mas, a necessidade de terem seu próprio caminhão era um dos mais fortes motivos apresentados, o que era verbalizado em expressões como: ‘se nós tivéssemos um transporte que não precisasse mais do intermediário para levar nossa produção pro CEASA, mesmo que a gente também mande pra lá, nosso lucro seria 100%’.

Os depoimentos revelam que havia intermediários de diversos lugares, que atuavam de maneira individual, isto é, procurando um a um os produtores rurais. A falta de organização dos produtores neste momento, revelava-se tanto em aspectos diretamente ligados à produção como também na comercialização, constatando-se que não era o agricultor do Cinturão Verde que vendia na ponta do circuito comercial - mesmo na feira de Ilha Solteira - e sim que sua produção era comercializada por outros agentes econômicos.

Foi necessário um período de três a quatro meses até que o conjunto dos agricultores tivesse amadurecido, no sentido de perceber a necessidade de se fortalecer através da organização coletiva. E isto foi feito, de acordo com os relatos dos depoentes, através da realização de diversas reuniões nos grupos menores. Muitas destas reuniões eram realizadas à noite, de modo a não prejudicar o horário de trabalho dos agricultores, principalmente no período da safra. As reuniões começavam às 18:00 horas e dependendo dos assuntos estendiam-se até as 22:00 horas.

Nestes três, quatro meses apareceu bem claro para eles, a força que o grupo tinha. A gente conseguiu colocar, neste processo de grupalização, que entre um intermediário puxando a corda e 90 agricultores puxando do outro lado, eles tinham uma força muito grande. E esta força era representada não pelo individual, mas da coletividade e daí surgiu então a necessidade de se formar uma associação. (Neuza A. Silva, março /2005)

4. Autonomia e Dependência na Associação

Embora na redação deste trabalho não se tenha adotado a estratégia de ligar a apresentação dos resultados à teoria que a sustenta, pretendeu-se aplicar, em parte, o modelo preconizado pelos autores Berthome e Mercoiret (1999), analisando a Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira a partir de sua inserção e

implicações na sociedade local e, mais do que isto, no que diz respeito às diversas mudanças que aconteceram com a mesma, ao longo de seus quase 18 anos de existência. Esta perspectiva de análise permitiu selecionar alguns dentre vários aspectos observados na situação empírica analisada.

A ordem em que foram expostos estes aspectos é puramente um recurso formal de apresentação, dado que ocorrem de forma imbricada à realidade, no processo temporal de seu desenvolvimento.

A Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira esteve, desde o seu princípio, ligada à existência de mediadores externos. Seu surgimento não é fruto de um processo autônomo dos assentados, os quais, aliás, pela própria natureza do processo de seleção e, por conseguinte, da não existência prévia de uma organização dos futuros assentados ou qualquer forma de luta pela terra propriamente dita, chegam ao novo território com um mínimo de coesão social, de convivência enquanto grupo e de perspectiva coletiva para seu desenvolvimento.

Neste sentido, a Cesp, através de sua equipe técnica, formaliza o primeiro conjunto de mediadores, cujo trabalho será canalizado para a criação de uma organização formal. Para dar conta de tal missão, a empresa se vale da agregação à equipe de técnicos em ciências agrárias, de profissionais da área do serviço social, devidamente preparadas *ad hoc*.

Há, neste processo, um amadurecimento do grupo de assentados como um todo, e a gestação de novos grupos no seio do Projeto, como os de mulheres e o grupo de jovens, com diferentes graus de mobilização. O conflito entre o tempo da comunidade e o tempo estabelecido pelos cronogramas burocráticos, em parte, se torna evidente pela citada ansiedade do pessoal da coordenação dos projetos da Cesp, ávidos por resultados concretos e tendo como meta a emancipação do Cinturão Verde e a postura mais pedagógica da equipe técnica responsável pela organização interna do Projeto.

Como indicador marcante dessa dependência externa, cita-se, também, a postura pessoal da assistente social – contraditoriamente, a figura que mais lutou pela organização “a seu tempo” dos assentados, mas também portadora de um comportamento de tutela frente aos seus “assistidos”.

A partir do momento em que a Cesp vai diminuindo sua presença junto ao assentamento e aos agricultores, o poder público municipal, através da Prefeitura, vai assumindo a função de instituição mediadora, vale dizer, solucionadora de problemas de diversas naturezas. Esta mudança acompanha as vicissitudes que estão acontecendo na sociedade local, através da emancipação político-administrativa de Ilha Solteira e sua transformação em município autônomo.

O poder público municipal cria um serviço voltado ao desenvolvimento de seu setor agropecuário, constituindo uma equipe técnica – que tem, entre suas atribuições, a tarefa de orientar, acompanhar, assistir a comunidade do Cinturão Verde – e cria mecanismos legais que habilitam a Associação a receber recursos do poder público, na condição de entidade de utilidade pública municipal.

A existência dos mecanismos apontados acima, não impede que a Associação passe por períodos de crises e dificuldades diversas, num período sucessivo de três gestões, que têm como principal resultado o enfraquecimento das relações interpessoais, dando lugar ao afloramento de manifestações de desconfiança, baixa participação e comprometimento por parte dos associados, motivados por dificuldades e problemas na gestão social do patrimônio coletivo.

Dois experiências, ocorridas a partir de 1998, demarcam um período de transição na Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira: o chamado “trabalho da Tina”, uma intervenção de caráter psico-social junto a boa parte dos agricultores e suas famílias, e o Diagnóstico Rural Participativo.

A viabilização destes trabalhos foi fruto da ação de mediação externa da equipe técnica do Setor Agropastoril da Prefeitura Municipal, dos integrantes do Conselho Municipal de Assistência Social do município, dos profissionais envolvidos naqueles trabalhos, sempre a partir da busca de superação daquele *status quo* vivenciado, por todos estes atores e pela diretoria naquele momento à frente da entidade.

Há, a partir destas iniciativas, uma mudança na forma de gestão da entidade, com a incorporação de mulheres e jovens na diretoria e adoção de uma forma de gestão qualitativamente distinta em vários sentidos: do aumento da participação dos associados nas assembléias, da adoção de procedimentos de gestão com maior controle – muitas vezes inexistente em momentos anteriores – com acompanhamento da situação financeira da entidade de forma regular e permanente por escritório de contabilidade.

Tais mudanças se acentuam no período de 2001 a 2004, quando a organização passa a contar, de maneira mais assídua e sistemática, com os recursos do poder público municipal, através do repasse de recursos que, conferem maior liquidez à Associação. Para que tal fato ocorresse, foi fundamental a ação de articulação e definição de compromissos por parte da diretoria da Associação, junto aos candidatos que disputavam no ano 2000, as eleições para o próximo quadriênio. Essa atuação pode apontar para uma inflexão nessa relação de dependência, valorizando o pólo da autonomia. É um momento em que a Associação cobra uma definição política do Poder Municipal.

Desse fato decorre que o prefeito eleito manifestou-se, através do compromisso de campanha, de efetuar o repasse de recursos à Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, valendo-se do Pró-Rurisa. Neste processo, os dois vereadores petistas no legislativo ilhense desde 1996, foram mediadores importantes, ao lado de outros mediadores agregados à causa da Associação, na condição ainda de candidatos.

No ano de 2004, através do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, a Associação, que também é a Associação dos produtores familiares da Microbacia do Bairro Cinturão Verde, recebeu, recursos de informática para a sua sede, através do Programa de Fortalecimento Institucional, mediado pelos técnicos da CATI/SAA.

Outro aspecto selecionado da análise da Associação - e que merece ser destacado - é seu papel como Associação de Máquinas, conforme referido em diversos trabalhos dentre os autores pesquisados.

Analizando as informações sistematizadas nos documentos da Cesp, relativos aos momentos iniciais da ‘grupalização’ dos assentados, confirmadas por depoimentos dos atores que viveram aquele momento, surge como objetivo concreto da criação da Associação, a necessidade de obterem um caminhão para escoamento da produção e de um trator para a realização dos trabalhos mecânicos com a terra. Estes objetivos continuam a ser perseguidos e, via mediação da equipe técnica da Cesp, dois tratores são destinados ao Projeto em 1990, através da Associação, por meio de um projeto viabilizado com recursos da LBA.

Oito anos se passam, grande parte dos quais coincidindo com o período de ampliação dos problemas na Associação - que cai em descrédito perante grande parte de seus associados, os quais não contam com a mesma para os serviços de preparo da terra, ou contam muito pouco com isto. Aos problemas de gestão, se acrescentam o de reduzida participação dos sócios e o sentimento de que ela muito pouco pode fazer para ajudar os assentados.

No contexto de redinamização da entidade, o trabalho dos dois vereadores petistas já referidos, mobilizados pela diretoria empossada em 1998, viabiliza a apresentação de uma emenda ao orçamento da União, pelo deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP) que culmina com a destinação de verba para a aquisição de uma patrulha agrícola pela Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, constituída de um trator e vários implementos.

O caráter da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira como uma Associação de Máquinas se acentua e vem a se confirmar, em 2002, quando a mesma recebe, através de emenda constitucional ao Orçamento da União formulada pelo deputado federal Vadão Gomes (PP-SP), destinando à Associação recursos para aquisição de uma patrulha agrícola ainda maior, composta de três tratores, um caminhão, vários implementos, um veículo utilitário e um veículo de passeio.

A partir de então, dotada de uma frota invejável de máquinas, veículos e implementos agrícolas - e com a garantia de recebimento de subvenções praticamente mensais, da ordem de R\$ 3.200,00 mensais (em média) - a Associação além de poder contar com a Patrulha Agrícola, passa a contar também com recursos necessários para o pagamento dos quatro tratoristas contratados e para a efetuação das despesas de manutenção desta patrulha.

Outro indicador da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, como uma Associação de Máquinas pode ser apreendido através do depoimento da secretária da entidade, que registra dedicar 80% de seu tempo aos assuntos ligados às máquinas, veículos e implementos. De fato, o volume de informações rotineiras, controles de uso de cada uma das máquinas, relatórios de serviços executados, fichas de inscrição dos associados (e de terceiros) para serviços de máquinas, é significativo, corroborando as informações da secretária e, ao mesmo tempo, revelando os cuidados com a gestão dos serviços pela associação⁶. A elaboração de balancetes, a prestação sistemática das contas e as decisões ligadas à alteração de valores dos serviços são alguns sinais da administração efetuada com base em critérios tanto da transparência administrativa como da gestão dos recursos com base em custos reais. São mudanças que não eram práticas comuns nas gestões anteriores, principalmente como ações sistemáticas, mensais.

Um exame da contabilidade da Associação, aponta os gastos com manutenção como indicativo deste caráter de Associação de Máquinas da APAPCVIS. Outro referencial, neste sentido, é a ocorrência de clientes não associados que recorrem à Associação para realização de serviços, os quais por sua vez, transformam-se em receitas para a Associação.

A questão teórica central escolhida para a análise da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, através de sua dinâmica de atuação e de sua retrospectiva histórica, é a do binômio autonomia-dependência.

Ao mesmo tempo em que a Associação consegue se municiar de melhores instalações, equipamentos e de procedimentos administrativos, máquinas e veículos, etc., percebe-se que tais inovações dependem, para sua manutenção, de recursos cuja origem é externa, ou seja, canalizados para a Associação, por meio dos repasses de recursos feitos pelo poder público. A Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira tem um papel fundamental na mediação da relação entre os assentados e o poder público (seja ele a Prefeitura ou a Cesp). Se as relações se dão de forma clientelista, reforçando o pólo da dependência, não se exclui a possibilidade de reverter essa situação, como foi nas negociações com o titular da administração anterior, fazendo transitar a relação numa dialética entre autonomia e dependência.

Tais repasses, por sua vez, estão condicionados à vontade política e aos entendimentos e compromissos efetuados entre a Associação, através de sua diretoria, e o chefe do executivo municipal, não havendo uma garantia de que sejam alocados à Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, simplesmente porque existe um mecanismo legal que o ampara, no caso, o Pró-Rurisa. Este instrumento, realmente interessante e que não necessariamente significa dependência, mas acaba sendo utilizado como instrumento de barganha, reforçando o clientelismo e, indiretamente, a dependência.

⁶ Pode-se neste sentido atribuir à Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, uma maior profissionalização.

Como até o momento, maio de 2005 não houve qualquer repasse de recursos pela prefeitura à Associação, a entidade vem desde o início do ano, cortando custos, precarizando as condições de trabalho de alguns de seus funcionários, isto é, transformando dois dos quatro tratoristas de contratados em diaristas, já que um deles se aposentou.

Tal situação, revela os limites de autonomia da Associação ao mesmo tempo em que aponta a necessidade da mesma estabelecer novas relações com o poder público local, através da sensibilização de novos mediadores, uma vez que a situação política atual não se manifesta favorável à Associação, conforme relatos de vários membros de sua diretoria.

Os limites da autonomia da Associação estão claramente colocados no que diz respeito à gestão com recursos próprios de um patrimônio conseguido através das ações da diretoria em parceria com seus distintos mediadores.

Apesar da gestão efetuada de modo racional, baseada no controle de custos e receitas, mês a mês, com a contratação dos serviços contábeis, com equipamentos modernos de informática, não há por parte da grande maioria dos associados um envolvimento participativo na gestão compartilhada da mesma. Ou seja, o poder ainda está bastante concentrado na diretoria que, segundo relatos dos associados, vem conduzindo os trabalhos de forma democrática. No entanto, não parece haver uma preparação de quadros que possam vir a substituir a atual presidência, talvez uma das razões da permanência do atual já por três mandatos consecutivos.

Há um aparente paradoxo vivenciado pela Associação que se apresenta, enquanto Associação de Máquinas, como detentora de uma patrulha agrícola de vulto, com uma estrutura administrativa igualmente consistente, associação esta que congrega agricultores familiares em situação muito diversa. Através dos Grupos de Produção, os agricultores têm tentado se viabilizar como produtores mercantis, embora o maior número subsista com base na produção de leite de forma rústica, com baixa utilização de tecnologia e de capital, enquanto outros ainda complementem suas rendas familiares com recursos de aposentadoria.

A autonomia da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, ainda está longe de vir a ser alcançada e, mercê da dependência de recursos externos para sua atuação, e condicionada às instabilidades das políticas locais, não está isenta da possibilidade de vir a sofrer reveses.

É inegável, contudo, que a Associação hoje tem condições de se articular de forma mais contundente no cenário local, bem como de ampliar o processo participativo de seus associados, movida pelas necessidades que os momentos de crise revelam.

REFERÊNCIAS

- BERGAMASCO, S.M.P.P. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, L.S. et al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. **329p.**
- BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003. 191p.
- BERTHOME, J.; MERCOIRET, M.R. Organização dos pequenos agricultores. In: SPERRY, S. (Org.). **Organização de pequenos produtores**. Brasília: Embrapa. 1999. p.11-17.
- BORGES, A. P.A. **Avaliação sócio-econômica e tecnológica da produção de hortaliças nos lotes irrigados do Cinturão Verde de Ilha Solteira (SP)**. 2004. 31p. Monografia (Trabalho de Graduação em Agronomia) - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2004.

CARVALHO, H.M. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.** Curitiba: Ipardes, 1999. 59p.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Atividades do serviço social frente à consolidação das atividades do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.** São Paulo: CESP, 1988.13p.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Avaliação das atividades sociais desenvolvidas nos projetos no ano de 1990, cronograma de atividades sociais para o ano de 1991.** São Paulo: CESP,1991. 87p.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira: concessão onerosa de uso.** São Paulo: CESP, 1988. 17p.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.** São Paulo: CESP, 1992. Não pag.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. Plano de metas julho/91 – junho/92: Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira. In: ENCONTRO DE IBITINGA, Ibitinga, 1991. **Desenvolvimento dos projetos de reassentamento.** Ibitinga: CESP, 1991. Não pag.

DANTAS, G.H. Perspectivas de organização da produção familiar. disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=228>>. Acesso em: 26 abr.2004.

FROELICH, G. M. **Ilha Solteira: uma história de riqueza e poder (1952-1992).** São Paulo: Educ/FAPESP, 2001. 286p.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.** São Paulo: IPT, 1985. v.1, 196p. (Relatório nº 20.752).

MACHADO, E.P.. **Poder e participação política no campo.** São Paulo: CAR, 1987. 152p.

MATOS, A.G. Desenvolvimento, autonomia e academia. In: LIMA, D.M.A.; WILKINSON, J. **Inovação nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq /Paralelo 15, 2002. 399p.

NEVES, D. P. O associativismo e a imposição do agricultor solidário. Jornada de Estudos sobre Assentamentos Rurais (II). In: JORNADA DE ESTUDOS SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS, II, 2005, Campinas-SP. **Anais...** Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2005: 23p.

PINHEIRO, D. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: Edupaf, 1999. p.329-355

SOUZA, K.S. **Fatores que influenciam a adoção de tecnologias pelos agricultores familiares do Cinturão Verde de Ilha Solteira (SP).** 2004. 29p. Monografia (Trabalho de Graduação em Agronomia) - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, 2004.

SPERRY, S.; MERCOIRET, M.R.; FERRARIS, F. As organizações dos pequenos produtores rurais de Silvânia, GO. In: SPERRY, S. (Org.). **Organização de pequenos produtores.** Brasília: Embrapa. 1999. p.17-42.

SPERRY, S.; MERCOIRET, J. **Associação de pequenos produtores rurais.** Brasília: Embrapa. 2003. 112p.

SPÉRRY, S.; CARVALHO JÚNIOR, C.H.T.; MERCOIRET, J. **Ações coletivas praticadas pelos produtores rurais.** Brasília: Embrapa. 2003. 150p.

TARSITANO, M.A.A. et al. Projeto de reassentamento rural cinturão verde de Ilha Solteira – SP, duas perspectivas de análise. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37,1999, Foz do Iguaçu-PR. **Anais...** Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.

VIANNA, A. Sobre o lugar dos governos estaduais em processos de reforma agrária. Considerações sobre um debate. In: MEDEIROS, L.S. (Org.). **Assentamentos rurais, uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. p.119-124.

ZIMMERMANN, N.C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. et al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. **329p**.